
Cidade Maravilhosa:

Viver e construir é perigoso, mas é preciso.

EURAU'12

ABSTRACT.

In the near future the city of Rio de Janeiro will be living a great adventure. Its urban memory, ambiguous and complex, must surpass the bias and optimistically risk on reasonable projects preparing the city for the major events to come in 2014 and 2016. Bold and necessary initiatives have however some polemical issues to be critically considered such as the very high urban densities proposed to the old downtown area where "Porto Olímpico" facility will be installed. The virtues of very high urban densities recently exalted may be naive in face of the real world, where market forces are not obliged to endorse urban theories. A unilaterally high density proposal at a given urban sector may not achieve the desired urban effect; instead, may start a process that will reach its saturation well before running out the density projected, increasing the risk of creating another incomplete urban fragment to be added to the large list of fragmented resulted by the incomplete application of urban theories.

KEYWORDS: Compact cities, urban renewal, downtown area.

Ruth Verde Zein* Ornella Angelucci**

**Universidade Presbiteriana Mackenzie
rvzein@gmail.com
+ 55 1199981420*

*** Universidade Presbiteriana Mackenzie
ornella.angelucci@gmail.com
+ 55 1196105608*

1. Introdução

A memória urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro é como um palimpsesto de intenções sobrepostas, traços rasurados e reescritos, onde qualquer interpretação de seus múltiplos significados será sempre ambígua e complexa. Consciente desse intenso processo urbano em perene renovação, a cidade se prepara com otimismo e coragem para a realização de grandes eventos: o Campeonato Mundial de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

A dispersão das centralidades do Rio de Janeiro é irreversível, mas não convinha concentrar as transformações apenas no extremo sul da cidade, como inicialmente proposto e aprovado pelo Comitê Olímpico. Com a atuação incansável da equipe liderada pelo arquiteto e urbanista Sergio Ferraz Magalhães, os debates do IAB-RJ com especialistas locais e internacionais e o apoio da Prefeitura, o cenário foi estrategicamente revertido, dispersando a implantação de novos equipamentos e reafirmando o policentrismo, permitindo a cada "centralidade" receber seu quinhão de renovação; inclusive o centro histórico e adjacências.

É o caso da "Operação Urbana Porto Maravilha" ¹, que transformará a antiga região portuária, onde se destaca o projeto "Porto Olímpico" ², objeto de concurso público nacional, cuja realização trará à região uma imagem contemporânea visualmente afinada com outras metrópoles em processo de expansão e renovação, de Dubai a Xangai.

Entretanto, alguns parâmetros técnicos e de gestão, definidos pelas bases do concurso, sugerem questões potencialmente polêmicas, cujas possíveis vantagens e deficiências podem ser criticamente debatidas. Este trabalho propõe uma breve reflexão sobre o tema das altas densidades construtivas enquanto instrumento capaz de incentivar a implantação de usos habitacionais, não por investimentos estatais diretos, mas pela iniciativa e gestão privadas. O artigo inicia-se por algumas considerações conceituais sobre o tema proposto.

2. Cidades somos todas e periferias também

A cidade tornou-se o habitat humano por excelência e sua artificialidade, a nossa natureza. Fez-nos seres sociais fadados à convivência, num processo em contínua redefinição, tensionados entre necessidades coletivas e liberdades individuais. Se o habitat de uma espécie configura sua condição de existência, no caso humano não basta habitá-lo, mas permanentemente recriá-lo.

Vislumbres de sociedades renovadas por utopias, na imaginação humana, estão quase sempre ligados a redesenhos de cidades. A experiência urbana acumulada nos últimos dois séculos parece demonstrar que sonhos de papel, com espaços supostamente perfeitos, raramente resultam em soluções satisfatórias para mudar o mundo. Mas, embora ainda tenhamos muito a aprender, não é possível desdenhar da sabedoria técnica acumulada pelo conhecimento urbanístico como disciplina, pese às suas raízes utópicas.

As cidades são grandes laboratórios de experiências, palco de sucessos e fracassos, conflitos e entendimentos. Assumindo configurações disformes, engolem campos, espalhando-se ao infinito, mutando-se de grandes a enormes. Tampouco ajuda recusar o nome de "cidade" à maioria dos fenômenos urbanos contemporâneos, restringindo-o às experiências decimonônicas europeias, até porque já em parte alguma as cidades são finitas e delimitadas. Mais valia algo aprender com os casos

acerbos de espraiamento e periferização que caracterizam estas "outras" cidades, destes nossos outros continentes - que foram terceiros e se querem emergentes.

No século 21, cada cidade não pode ser reduzida a termos simples, não faz sentido em si mesma, deve ser compreendida por lógicas globais que a ultrapassam. Pouco adianta tentar "salvá-las" novamente, armados de desenhos, planos e normas magníficos e genéricos; que se bem sigam sendo necessários, esforçando-se para cumprir algum papel, não convém mais deles esperar o pleno controle das cidades. A louvável meta salvacionista dos vastos bem intencionados planejamentos apóia-se frequentemente em posturas dogmáticas, que tendem a desconhecer as dinâmicas concretas do desmesurado e amorfo ente que pretendem domar, sendo inadequadas na ativação de mudanças urgentes e necessárias.

No âmbito da construção do habitat urbano, de imensas complexidades e contradições em variadas ordens e âmbitos, ainda grassam fórmulas simples e soluções pretensamente perfeitas e universais. Crivadas por sucessivas sessões de autocritica, as teorias modernistas do urbanismo funcionalista e totalizador estão parcialmente superadas nos debates teóricos. Seguem, porém, parcialmente vivas nos ateliês acadêmicos e departamentos de urbanismo, seus instrumentos de intervenção de cunho racionalizante e simplificador, sobrevivendo nas práticas do cotidiano, contaminando até mesmo teorias contemporâneas que se pretendem inovadoras.

Grassa no discurso teórico da última década a valorização de um urbanismo hiperdenso, exposto em belos discursos poéticos, cuja clareza de traço relembra, a quem tem memória, os discursos dos mestres modernos clássicos quando linda e inversamente justificavam o urbanismo rarefeito de edifícios soltos em gramados verdes.

Para supostamente aumentar sua viabilidade, as teorias da altíssima densidade tentam fazer o jogo do sucesso pelo compromisso, mais suposto que efetivo, com as forças de mercado.

É oportuno refletir sobre o fato incontestável de que a lógica e o destino das cidades não estão exclusivamente nas mãos de quem as pensam como dever de ofício, com maior ou menor grau de racionalidade e crítica. Estão também, com muita força, nas mentes e braços daqueles que concretamente as constroem, embora mais das vezes atuem como vetores disparatados, tirando proveito imediato da "sua" cidade, fazendo valer interesses individualistas que desconsideram o que não esteja em seu restrito limite de atuação, em total ausência de compromisso coletivo. As "forças do mercado" não se obrigam a cumprir teorias urbanas, mas quase sempre são bem sucedidas em seus objetivos. Por interesse, desejo, vontade e omissão, as "forças do mercado" atuam sem se importar com causas ou consequências. Todavia, não são forças inconscientes de seus papéis, sabendo, inclusive, lançar mão de discursos pouco sinceros, falaciosamente embalados com palavras de moda.

Um retrato simplificado da gestão das cidades deste século mistura a herança de utopias modernas que ninguém mais crê, mas que ainda servem de base para propostas grandiosas que não se implantam, ou se fazem apenas fragmentariamente; enquanto agentes concretos, menos ou mais eruditos, sabem, eficientemente, fazer valer seus interesses parciais e descontínuos. E salvo alguma catástrofe, as cidades seguirão sendo o que são e o repositório do que foram, na inércia residual de forças que não dominam nem controlam.

Para os arquitetos que pensam as cidades, é difícil aceitar que suas propostas nunca se realizarão plenamente, mesmo quando encontrarem apoio; e talvez fosse bom assumir que tal não se dá apenas por culpa de terceiros. No embate com

situações concretas e possíveis, quase nunca ideais, talvez o desafio do urbanismo contemporâneo seja a diplomacia: entender que só é possível atuar em partes, como e quando as circunstâncias permitirem, aceitando as oportunidades e tentando não subestimar nenhuma das forças em jogo. Conscientes de que cada caso é um caso, propondo compromissos por ações mínimas, curtas, densas, de baixos recursos e visando respostas máximas, imediatas e satisfatórias, de efeitos prolongados e o menos danosas possíveis. Ações curtas, porque a descontinuidade administrativa e política é um fato que tende a ser inevitável. Mínimas, porque os recursos não são suficientes e em caso algum virão a ser. Densas, porque, afinal de contas, a dispersão excessiva causa problemas graves que é preciso combater. O desafio é aceitar mudar o necessário e possível, atuando bem, embora de maneira pontual e homeopática.

Sendo necessário lidar proativamente com as forças de mercado, valeria reconhecer que, ao serem instadas a colaborar na (re)criação de um trecho de cidade, sua lógica de atuação não será idêntica à do poder público, podendo ser inversa. Sua atuação tenderá a não ocorrer em contínuo, mas em ondas; só construirão se e enquanto puderem vender com larga margem de segurança; sua decisão de investimento não dependerá apenas dos custos e viabilidade técnica, mas da ponderação de fatores como moda e prestígio, acessibilidade e presença de investimentos públicos que garantam sua operação.

Se assim é, a simples permissão para o aproveitamento de índices construtivos especiais, visando atingir altíssimas densidades, talvez não seja suficiente para, de per si, atrair a gula do “mercado” e assegurar um mecanismo eficiente de transformação urbana. Pode-se estar confiando em um processo que se iniciará entusiasmado e atingirá uma saturação precoce, esgotando-se antes do desenho proposto completar-se, produzindo outro fragmento incompleto de cidade, que se somará à história dos fracassos escrita pela incompletude atávica dos projetos urbanos totalizadores.

3. Urbanismos cariocas, do desmonte ao rejunte

Garantida pelas características geográficas da Baía de Guanabara, a vocação portuária da cidade do Rio de Janeiro se reafirmou com a descoberta de ouro e diamantes no interior do país no século 18, tornando-a capital da colônia (1763). A mudança da Corte portuguesa para o Brasil (1808) evidenciou a precariedade da infraestrutura portuária, incapaz de processar o aumento do volume de atividades. Com quase 300 mil habitantes na Independência (1822), a cidade consolidou-se como centro político, administrativo, financeiro e cultural. A República (1889) herda uma estrutura urbana acanhada, de infraestrutura incipiente, em pleno crescimento populacional e econômico, com um porto desintegrado física e funcionalmente. O atual porto do Rio de Janeiro é inaugurado em 1910 pelo prefeito Pereira Passos, com a conquista ao mar de 170 hectares, definindo novos bulevares onde se constroem os primeiros edifícios modernos da cidade.

O solo urbano do Rio de Janeiro, espremido entre morros e brejos, mar e montanhas, se reconfigura na primeira metade do século 20 com desmontes de morros, drenagens e aterros, quando seu centro histórico é palco das transformações políticas do país. Segue-se seu esvaziamento econômico e obsolescência do parque industrial, ferrovias e porto, simultaneamente à mudança da capital para Brasília (1960). Em processo similar a várias cidades do mundo, a degradação do centro histórico diminui sua importância em favor dos novos vetores de expansão urbana, deixando um rastro de edificações subutilizadas, terrenos

desocupados, perda de vitalidade e comprometimento da integridade dos conjuntos arquitetônicos³.

Implementados após 1993, os projetos “Rio Cidade” começam a reverter esse quadro, privilegiando o resgate de áreas degradadas, adaptando o modelo de intervenção urbana “neoliberal” caracterizado pelas parcerias público-privadas. Diferentemente das iniciativas de Pereira Passos (1910), Agache (1920-30s), Doxiadis (1960s), que pensavam a cidade como organismo social ou sistema, o “Rio Cidade” propõe ações pontuais em 30 áreas/eixos, corredores estruturadores da cidade, de maneira pontual e pragmática, objetivando resultados em curto prazo, buscando “a revitalização da rua, a revalorização dos bairros, a reconstrução de espaços públicos, a recuperação de centros comerciais, a reconstituição de corredores de bairros, a requalificação da imagem da cidade, o reequilíbrio psicossocial”⁴.

Concomitantemente, substitui-se a política de erradicação das favelas, assumindo sua presença como fenômeno peculiar, extenso e não transitório. Através do programa “Favela-Bairro”⁵ opta-se por incorporar sua estrutura e configuração ao meio urbano, interligando-as aos bairros do entorno, dotando-as de saneamento, sistema viário, iluminação, equipamentos educacionais, sociais e culturais, de geração de trabalho e renda. O programa foi reconhecido e avaliado por instituições internacionais de fomento e prestigiado no âmbito acadêmico e profissional, destacando-se pela incorporação de centenas de arquitetos na produção de projetos e direção das obras, em equipes interdisciplinares com maior capacidade de trabalho comunitário.⁶

4. Porto Maravilha, Porto Olímpico: um novo bairro central “denso”

Afinada pelas recentes transformações e outras ainda em consolidação, a cidade do Rio de Janeiro prepara-se para os desafios dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016.

Desde 1983 até 2001 a zona portuária da cidade foi alvo de sete estudos de reforma. A proposta “Porto Rio”, imediatamente anterior e bastante similar à atual “Porto Maravilha”, teve sua concretização impedida por questões fundiárias, superadas graças aos esforços preparatórios para os megaeventos. Governo local e organização olímpica acordaram em localizar parte das novas instalações no âmbito do “Porto Maravilha”, aproveitando a sinergia dos eventos em prol do desenvolvimento metropolitano. Com patrocínio da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e apoio do Comitê Olímpico Internacional, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) lançou, no início de 2011, o concurso “Porto Olímpico”, totalizando 850 mil m² de potencial construtivo para instalação de setores operacionais e de apoio às Olimpíadas, a serem posteriormente incorporados à cidade.

O concurso ocorreu concomitantemente ao Projeto de Lei Complementar que modifica o Plano Diretor e autoriza a instituição da Operação Urbana Consorciada (OUC) na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto, visando estimular a gradativa transformação de usos, de portuário a residencial, comercial, serviços, cultural e lazer. A lei possibilita a Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso do Solo, permitindo índices mais altos dentro do perímetro da operação, com aproveitamento dos terrenos superior aos definidos pelo Plano Diretor, com licença para a construção de edifícios e gabaritos de 20 a 50 pavimentos - supostamente aumentando o atrativo da região para investimentos imobiliários de grandes construtoras. A operação propõe a demolição dos galpões e barracões preexistentes, a demolição parcial da Avenida Perimetral, a construção de uma garagem subterrânea e uma via paralela para VLT (Veículo Leve

sobre Trilhos). O píer Mauá receberá o Museu do Amanhã, projeto de Santiago Calatrava ⁷.

Estudo da OUC simula transformações decorrentes de sua implantação através de três cenários de adensamento populacional possíveis:

1. Implantação da Operação Urbana, respeitando a legislação;
2. Implantação da Operação Urbana sem estoque definido;
3. Não implantação da Operação.

Situação	Áreas de construção edificações (m2)	área construída uso residencial	área construída uso não residencial	Nº de pessoas uso residencial	Nº de pessoas uso não residencial	Nº potencial de pessoas
Cenário 1 - OP com estoque de CEPAC	4.822.586,59	2.583.263,98	2.239.322,61	84.388	223.932	308.320
Cenário 2 - OP sem estoque de CEPAC	5.270.995,50	2.797.536,00	2.473.459,50	93.251	247.346	340.597
Cenário 3 - sem a Operação Urbana	3.099.980,40	412.869,02	2.687.111,38	13.762	268.711	282.473

Tabela 1

As simulações, apresentadas na Tabela 1, sugerem que o crescimento de área construída, no cenário 1, é similar ao previsto no cenário 2, sem a operação urbana. A diferença reside no fato de que, no cenário 1, ficam integralmente garantidas as receitas advindas da outorga onerosa para investimentos diretos em infraestrutura, permitindo melhorias para a região. No cenário 3, sem a utilização dos incentivos da OUC, o adensamento ocorreria sem o correspondente custeio da infraestrutura pela própria operação, e sua ausência acarretaria em impactos ambientais e urbanísticos indesejáveis. ⁸

Note-se – para deixar claro o presente argumento – que embora a transformação de uma ampla zona junto ao mar, antigo porto e sua área industrial tenha como referência notável as mudanças de Barcelona na área de Poble Nou para os Jogos Olímpicos de 1992, trata-se aqui de uma operação totalmente distinta do ponto de vista de sua implantação. O volume construído do novo bairro “denso”, que se pretende seja implantado até 2016, não será diretamente promovido e gerenciado por entidade pública e/ou consorciada. O que se propõem são apenas “incentivos” através da permissão da aplicação de índices mais elevados, que se creem sejam suficientemente atrativos para atrair supostamente massivas iniciativas do mercado imobiliário; que ademais concordará em pagar mais caro por essa concessão; pagamento a ser apropriado pelo Estado para promover melhorias de infraestrutura na área; as quais só serão implantadas de fato nesse caso, *et pour cause*.

A área do concurso do “Porto Olímpico” inclui duas glebas descontínuas. Na gleba oeste, solicitou-se a resolução do programa indicado pelo Comitê Olímpico Brasileiro – Vila de Mídia e Vila de Árbitros (11 mil quartos para hospedagem de jornalistas, árbitros e visitantes especiais), Centro de Convenções (50 mil m²), hotel cinco estrelas (500 quartos), Centro Empresarial, hotel três estrelas (200 quartos), implantação de um polo cultural e de entretenimento para atender a demanda turística esperada. Na gleba leste, se implantarão as habitações, apart-hotel, comércio e escritórios, a serem produzidos e comercializados pelo mercado imobiliário, nos termos acima explicitados, mas não necessariamente com a configuração arquitetônica exatamente proposta no concurso ⁹. Segundo o Termo de Referência, a “avaliação de mercado” indicaria demanda para moradias com 2 ou 3 quartos, na proporção 2 para 1, com áreas úteis entre 50 e 70 m² ¹⁰.

O concurso foi realizado e os vencedores selecionados. O processo de seleção foi impecável, graças à enorme experiência acumulada dos jurados, tendo definido

quatro premiados, todos de alta qualidade e igualmente passíveis de serem satisfatoriamente implantados. Em qualquer concurso de arquitetura, pesam fatores subjetivos na decisão de escolha do ganhador, mas talvez tenha pesado o fato do projeto vencedor parecer compreender melhor o desafio da provável condição fragmentária da implantação habitacional via mercado imobiliário.¹¹

Observando os projetos de todos os participantes e estudando com detalhe os projetos premiados, verifica-se que a divisão em duas glebas separadas não configurou uma dificuldade de abordagem.

A gleba oeste, destinada a equipamentos especiais de grande porte, vai configurar inevitavelmente uma irrupção urbana de grande escala, destacando-se do entorno, que permanecerá mais ralo ainda por muito tempo. Surpreendentemente, foi o trecho de projeto mais bem resolvido por quase todos os concorrentes e, certamente, pelos quatro finalistas.

A resolução da gleba leste, concentrando o programa habitacional de alta densidade, ofereceu maior dificuldade aos participantes para a definição de propostas viáveis e harmoniosas. Como a realização se dará ao sabor dos interesses do "mercado", corre-se alto risco da área vir a ser apenas fragmentariamente ocupada. Essa condição nem sempre foi considerada por grande parte dos concorrentes, talvez com exceção do ganhador e de algumas outras poucas propostas. A maioria dos projetos propõe soluções formais "completas", em quarteirões fechados ou barras repetitivas e variantes, pouco capazes de ajustar-se a um processo fragmentário de implantação, como provavelmente ocorrerá.

A solução para resolver a enorme massa de habitações solicitada pelo programa do concurso, dada pelo vencedor, tem o mérito de ser suficientemente definida em termos gerais e bastante indefinida nos detalhes. A proposta classificada em 4º lugar, embora relativamente menos flexível, enfatizou a importância da vegetação, cuja presença, além de ativar vantagens ambientais, torna qualquer arquitetura melhor – ou ao menos a deixa passar despercebida, quando não o for.

5. Conclusão inconclusa

O Rio de Janeiro estará vivendo, no futuro próximo, uma grande aventura, e apesar de ser impossível ter certezas, a esperança é de que não apenas se renove, mas mostre como isso pode ser feito de maneira inteligente, viável e satisfatória. A aposta na permissão de alta densidade, como mecanismo de transformação urbana, parece ter fragilidades que preocupam. Mas, pode revelar-se eficiente – se não plenamente, ao menos em parte, e talvez suficientemente. Pois o que se precisa, afinal, é aprendermos a administrar criativamente a condição inapelavelmente inconclusa do fazer urbano.

Ruth Verde Zein. Arquiteta, FAU-USP, 1977; Mestre e Doutora em Teoria, História e Crítica da Arquitetura, PROPAR - UFRGS, 2000/2005. Prêmio CAPES 2006 de melhor tese de doutoramento na área de Arquitetura & Urbanismo. Pós-doutorado, FAU-USP, 2008. Professora na graduação e pós graduação da FAU - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro da CICA - Comitê Internacional de Críticos de Arquitetura. Delegada brasileira e jurada da Bienal Ibero-americana 2000/2012.

Membro do DOCOMOMO-BR/Internacional. É autora de mais de uma centena de artigos publicados em revistas e sítios brasileiros e internacionais e de vários livros, entre os quais “Brasil: Arquiteturas após 1950” (Perspectiva, 2010) em coautoria com Maria Alice Junqueira Bastos.

Ornella Angelucci. Arquiteta, FAU ANHEMBI, 2004; Mestre em Arquitetura e Urbanismo, FAU - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012

Notas

¹ Porto Maravilha – Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro (Lei Municipal n° 101/2009), projeto que abrange área de 5 milhões de m², criado para reestruturar a área por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos.

<<http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>>.

Acesso em 21 de Maio de 2012.

² Porto Olímpico – complexo na área do Porto Maravilha reservado à instalação dos equipamentos voltados às Olimpíadas.

³ SAMPAIO, Júlio Cesar Ribeiro. *A persistência da subutilização dos centros das metrópoles brasileiras: estudo de caso do corredor cultural do Rio de Janeiro*. In *Intervenções em Centros Históricos* - Vol. 1, N° 1. 2008.

<http://www.forumpatrimonio.com.br/view_full.php?articleID=90&modo=1>.

Acesso em 10 de Junho de 2012.

⁴ OLIVEIRA, Márcio Piñon. *Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona, 2008.

<<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338.htm>>. Acesso em 09 de Junho de 2012.

⁵ “Favela-Bairro” programa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação, entre 1993 e 2000, sob a direção de Luiz Paulo Conde, como Secretário de Urbanismo, posteriormente como Prefeito.

⁶ CONDE, Luiz Paulo; MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. *Favela-bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vivercidades, 2004.

⁷ GIANNELLA, Letícia. *A zona portuária do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha: um choque entre o que existe e o que se impõe como novo*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307669880_ARQUIVO_artigo_luso_afro_leticiagiannella.pdf>. Acesso em 10 de Junho de 2012.

⁸ _____ Situação Atual e Futura. Operação Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro.

<<http://portomaravilha.com.br/conteudo/eiv/V.%20Situacao%20Atual%20e%20Futura%201.%20Adensamento%20Populacional.pdf>>.

Acesso em 09 de Junho de 2012.

⁹ CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. <<http://portomaravilha.com.br>>. Acesso em 21 de Maio de 2012.

¹⁰ Concurso Porto Olímpico: termo de referência – Anexo 1.

<http://www.concursoportoolimpico.com.br/_media/anexo_1.pdf>.

Acesso em 25 de Maio de 2012.

¹¹ Nossa opinião pessoal é que o júri atuou com máxima isenção e correção na escolha dos vencedores. Não promovemos nem endossamos quaisquer dúvidas à lisura do processo seletivo. As considerações aqui apresentadas são conceituais e se referem, principalmente, aos termos do programa proposto no concurso.